

TEXTUALIDADE, DESEDUCAÇÃO E EXPERIÊNCIA EM PRÁTICAS DE ÓDIO CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQ+¹

Textuality, miseducation and experience in hate practices against the LGBTQ+ population

Textualidad, deseducación y experiencia en prácticas de odio contra la población LGBTQ+

Carlos Magno Camargos Mendonça²

Gregory Pablo Rial Araújo³

Ettore Stefani de Medeiros⁴

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i27.14394

Resumo: Este artigo aproxima “textualidade”, “educação” e “experiência” com o objetivo de relacionar as práticas sistêmicas de ódio LGBTQ+fóbicas a um possível exercício educacional. A repetição da experiência violenta é um investimento da educação totalitária. Sustenta-se que tais práticas são comunicacionais e pretendem advertir corpos incômodos sobre seu destino de morte por serem não hegemônicos, submetendo-os a discursos e atos de ódio visibilizados, a fim de reger subjetividades e expressões.

Palavras-chave: Práticas de ódio. Experiência Comunicacional. Educação. Textualidade. LGBTQ+.

Abstract: This article promotes an approximation between “textuality”, “education” and “experience” in order to relate systemic LGBTQ+phobic hate practices to a possible educational exercise. The repetition of the violent experience is an investment of totalitarian education. It is argued that such practices are communicational and intend to warn uncomfortable bodies about their fate of death for being non-hegemonic, subjecting them to visible hate speeches and acts, in order to regulate subjectivities and expressions.

Keywords: Hate practices. Communicational Experience. Education. Textuality. LGBTQ+.

Resumen: Este artículo aborda la “textualidad”, la “educación” y la “experiencia” para relacionar las prácticas de odio LGBTQ+fóbico sistémico con un posible ejercicio educativo, cuya repetición violenta es una inversión de la educación totalitaria. Tales prácticas son comunicacionales y pretenden advertir a los cuerpos incómodos sobre su destino de muerte por no ser hegemónicos, sometiéndolos a visibles discursos y actos de odio, con el fin de regular subjetividades.

Palabras-clave: Prácticas odiosas. Experiencia Comunicacional. Educación. Textualidad. LGBTQ+.

¹ Este artigo é uma versão revisada, ampliada e, por ser assim, renomeada do trabalho “CORPOS INCÔMODOS: textualidade, educação e experiência comunicacional nas práticas de ódio contra a população LGBTQ+”, apresentado no 30º Encontro anual da Compós, em 2021.

² Doutor, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, Brasil. macomendonca@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-4883-3410>

³ Doutorando, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, Brasil. rial.gregory@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-5818-3207>

⁴ Doutor, PUC Minas, Belo Horizonte – MG, Brasil. ettoreprofessor@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-6880-3331>

Introdução

Nas últimas décadas, observamos que discursos de ódio no Brasil têm sido mais facilmente identificáveis, seja pela profusão das mídias sociais, seja por uma caracterização mais específica e clara do fenômeno tanto a partir da academia, quanto na própria cultura digital. Embora o ódio não seja um afeto novo, nossa experiência tem se transformado a partir das possibilidades textuais que as mídias sociais nos permitiram acessar. Os primórdios da internet prometeram que o ambiente digital seria espaço igualitário de favorecimento da liberdade e transparência. No entanto, vimos as redes sociais digitais serem transformadas em um espaço de circulação quase incontável de discursos preconceituosos, racistas e LGBTQ+fóbicos com danos irreparáveis ao tecido social e democrático.

Como plataformas de socialização inéditas, as mídias sociais acabaram se tornando um laboratório em que os discursos de ódio circularam com menos reprovação moral e se difundiram nos clusters orientados por afinidades ideológicas. Com a algoritmização desses espaços virtuais, o combate ao discurso de ódio nas redes sociais digitais tornou-se algo mais difícil. Nesse sentido, a sociedade brasileira também se tornou mais consciente de que os discursos de ódio on-line têm consequências na realidade concreta dos “odiados” e produziu dispositivos legais e políticos para contê-los.

A observação das textualidades midiáticas que promovem ou narram crimes de ódio permite-nos constatar que em todos os casos há um componente de hostilidade e negação da alteridade. Para Winfried Brugger (2010, p. 118, grifos nossos), “o discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. Os

verbos nucleares escolhidos por Brugger – insultar, intimidar, assediar – são verbos transitivos que solicitam um endereçamento, ou seja, sempre são ações sempre direcionadas a outrem.

Ressaltando o aspecto comunicacional do discurso de ódio, Rosane Silva, Andressa Nichel, Anna Clara Martins e Carlise Borchardt (2011, p. 447) destacam que tal discurso “compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor”.

Tais definições demarcam três características elementares dos discursos de ódio:

- a) o discurso de ódio tem uma característica proeminentemente hostil;
- b) é endereçado a outrem – indivíduo ou grupo – em função de uma característica identificável nesse outro;
- c) tem consequências de violência – comprovadamente violência social e possivelmente violência simbólica, institucional, física e política.

Ao descrever os sentimentos hostis, Aurel Kolnai (2013) sublinhou a tendência inerente do ódio em destruir o objeto odiado. Odeia-se aquilo que se configura como ameaça, que se apresenta como perigo. Para Kolnai, o ódio não é um sentimento reativo; ele se dirige a fatos particulares da vida de alguém, ou seja, encaminha-se para biografias. Ao analisar o avanço das práticas de ódio em tempos recentes, Carolin Emcke (2020) assevera: aqueles que odeiam estão seguros. Se assim não fossem, não desprezariam, discriminariam, humilhariam, agrediriam, matariam ou mesmo participariam da produção de enunciados que vertem para os discursos de ódio, afinal “não se pode odiar duvidando do ódio” (ibidem, p. 13). Há, para quem odeia, sempre uma certeza. Qualquer rastro de dúvida seria um caminho para o ódio se esvair.

No raciocínio proposto por Kolnai e Emcke, aquele que odeia está dotado de infalibilidade e veracidade: os seres odiados são sempre um talvez, uma dúvida, uma imprecisão e o ódio é justamente uma tentativa de conformar essa indomabilidade do outro a um “saber sobre o outro” que o reduz a nossas expectativas. Este “saber sobre o outro” oferece um contorno reconhecível para os corpos, limita-os com verdades facilmente identificáveis por serem absolutas. Os corpos imprecisos, todavia, são incertos e fluidos, seus contornos são frouxos e facilmente escapam das rígidas concepções dos odiadores. Por serem assim, eles mereceriam a calúnia, o insulto, a injúria, a difamação, a violência física e/ou a morte.

Nosso objetivo é refletir sobre os fatores de textualidades convocados pelas práticas de ódio (Kolnai, 2013; Emcke, 2020) e seu potencial educativo para a pedagogização de corpos discordantes dos padrões heteronormativos (Warner, 1991; Mendonça, 2018a). Tais padrões têm como modelo afetivo-sexual a heterossexualidade e a binaridade de gênero, valorizando a família heterossexual, monogâmica e reprodutiva em relação às demais (Miskolci, 2012).

Para a formulação de nosso problema, recorreremos à ampliação das noções de textualidade e educação. Pensamos a textualidade para além da condição de qualidade daquilo que é textual para tomá-la como premissa do ato comunicacional. Ela é a trama que envolve a língua – sistema de signos gramaticais – e a linguagem – sistema de sinais de natureza verbal ou não verbal – em nossos atos comunicativos. Por sua vez, concebemos a educação como uma atividade não limitada aos espaços formais de ensino, como a escola, mas como produto da experiência. Nesse aspecto experiencial, as textualidades de ódio mostram-se fortemente deseducativas e com grande capacidade para o fortalecimento das regras sociais e das normas de gênero (Sabat, 2013; Louro, 2018).

Intencionalidades dos textos de ódio

Percebemos os textos como resultados de múltiplas vinculações entre conjuntos complexos de signos que adquirem sentido por meio da experiência. Logo, textos devem ser interpretados no seu contexto, na sua situação de comunicação, na sua interlocução com outros textos, nos elementos de linguagem envolvidos, entre outros. Os textos, a partir de um contexto, possuem uma função socializadora, coletivizante, informativa, ética, estética, emotiva e expressiva. Em sua função social, eles estabelecem, obrigatoriamente, uma função cultural, que não pode ser limitada ao texto suportado na palavra.

Ugo Volli (2015) pondera que, quando a textualidade é trazida para os estudos do texto, as fronteiras entre texto e contexto tornam-se quase diáfanas. Isso quer dizer que, em determinadas ocasiões, o contexto pode ser analisado como texto. Para se fazer compreender, o texto invoca permanentemente a experiência do leitor. O texto está conectado diretamente com a cultura e só poderá ser compreendido a partir das relações existentes entre esta e os produtores de signos nela situados (Uspenskij, Ivanov, Toporov, Pjatigorskij, & Lotman, 1975). O texto é, ao mesmo tempo, forjado pelas experiências e um conector entre elas. As experiências, as vivências coletivas, as crenças, os mitos, os fatos comuns e os particulares estão entrelaçados na cultura e, por conseguinte, nos textos. O texto cultural é um conjunto de numerosas conexões e relações formadas no contínuo conector da língua com as multiplicidades da linguagem que a atravessam.

Dentre os muitos fatores de textualidade, os interesses de nossa pesquisa se concentram em três: situacionalidade, intertextualidade e intencionalidade. Segundo Bruno Leal (2018), o primeiro está focado nos objetivos do texto em uma situação de comunicação, da intenção do enunciador diante do

alocutário. Esse fator explicita a não existência de textos neutros; sempre haverá uma intencionalidade por parte de quem produz um texto. A situacionalidade é a adequação do texto ao contexto, bem como a orientação do sentido do discurso – quem é o interlocutor, em qual lugar o texto circula, quais serão as ênfases do texto, por exemplo. A produção e a interpretação dos textos estão atravessadas por valores dos sujeitos envolvidos no evento comunicativo. Assim, a situacionalidade deve ser considerada do texto para a situação de comunicação e desta para o texto, uma vez que há sempre uma mútua interferência. Dessa maneira, os sujeitos da comunicação devem considerar a adequação texto/situação. Já a intertextualidade envolve as relações extratextuais, as interligações dos textos, o conhecimento que permite perceber a textos e contextos: textos são intertextuais.

Todo ato comunicativo guarda uma intencionalidade. Esta lógica não é diferente na comunicação pela violência. Nos crimes de ódio, agressores têm por “finalidade não apenas atingirem um corpo, mas aterrorizarem determinado conjunto de pessoas com características comuns e deixarem uma espécie de aviso de que suas vidas valem menos” (Medeiros, 2019, p. 290). Entretanto, alguns elementos diferenciam a comunicação nas práticas de ódio das demais. Partimos do pressuposto de que estas são práticas de violência sistêmica para a eliminação de um grupo social que ocorrem em rede. Portanto, não podemos analisá-los isoladamente. Há um “algo em comum” na motivação dos mais diversos tipos de agressores.

Ao se aprofundar nas possíveis razões para a execução dos rituais brutais de morte de pessoas travestis e transexuais, Diego Santos, Sara Gonçalves, Sergio Silva e Anna Marina Pinheiro (2019) analisam o conceito de abjeção, cunhado por Julia Kristeva, para tentar perceber os modos pelos quais a figura dessas pessoas é representada no imaginário social. No artigo, as autoras e os autores remontam ao trabalho de caracterização dos assassinatos de travestis e de mulheres e homens

transexuais, no Brasil, efetuado pela professora e pesquisadora Jacqueline Gomes de Jesus. A tessitura realizada pela pesquisadora relaciona os crimes de ódio e as tentativas de genocídio da população T. Tomada como estrutural, compreende-se “o recurso da violência como um mecanismo de intolerância generalizada, que reivindica a ideia da impossibilidade de conviver com esse outro, abjeto, porque sua vivência de gênero é diferente da hegemônica” (Santos et al., 2019, p. 113). São identificados três elementos – os crimes de ódio, a repulsa social e o nojo – para debater a abjeção social e o tipo de consciência por ela produzida. A pesquisa aponta para um exercício regular de apagamento das representações desses corpos, tidos como corpos abjetos, mesmo quando, na atualidade, eles emergem em diferentes situações discursivas. A partir do estudo das dimensões textuais, estéticas e comunicacionais das práticas de ódio, reconhecemos um avizinhamo semelhante entre ódio e norma.

No ano de 2015, pesquisamos, na hemeroteca digital “Homofobia Mata”, 280 textos jornalísticos que abordavam violência física contra as pessoas da população LGBTQ+. Algumas categorias foram criadas para a leitura e seleção das informações: a) identificação das vítimas, b) orientação sexual ou identidade de gênero, c) tipo de agressão, d) data (dia da semana e mês), e) parte do corpo agredida (mais evidenciada), f) local (cidade, estado e região), g) espaço (via pública, residência ou estabelecimento privado).

Dentre as descobertas da pesquisa, a categoria “tipo de agressão” revelou que grande parte dos ferimentos era provocada pelo uso de armas brancas: facas, punhais e outros instrumentos de perfuração. Perfurar e penetrar são sinônimos. A arma do crime e o tipo de ferimento que ela produz são, de certa maneira, uma metáfora da dominação no ato sexual de um corpo ativo sobre um corpo passivo. Nessa lógica, a atividade é masculina e a passividade é feminina; ou seja, cabe ao masculino

penetrar, perfurar os corpos. A penetração está associada à potência masculina e à violência também, de modo que quem é penetrado é classificado como distante da virilidade (Trevisan, 2018). Como expressam Peter Fry e Edward Macrae (1985), quem penetra no sentido sexual é tido como vencedor, o que não é dissociado dos significados de perfurar. O gesto violento comunica a dominação masculina e, ao mesmo tempo, a punição dos corpos passivos.

Outro ponto que nos despertou a atenção foi certa dimensão estética contida nos crimes. Os corpos sofreram agressões que funcionam à maneira de uma assinatura na imagem. A desfiguração do rosto é uma delas. Muitas pessoas vitimadas nas vias públicas tiveram a cabeça destruída por pedradas ou esmagadas por blocos de concreto ou paralelepípedo. Parte frontal da cabeça, o rosto possibilita a expressão das emoções, auxilia e refina a comunicação entre os corpos. Região das aparências, o rosto determina também os mais diversos valores e pertencimentos (Courtine & Haroche, 2016). As marcas da violência redefinem a fisionomia para expressar publicamente a condição inumana e abjeta do ser violentado.

Tais crimes também se caracterizam pelo alto número de socos, facadas, pedradas e/ou tiros, que buscam perfurar a carnalidade de seres que incomodam e extrapolam o necessário para levar alguém a óbito, de uma maneira na qual a intenção é também matar um grupo social (Mendonça, 2017). Além de evidenciar a multiplicidade e crueldade de golpes, Roberto Efrem Filho (2016) propõe que a violência contra pessoas LGBTQ+ em crimes de ódio revela a violência contra as suas próprias orientações sexuais e identidades de gêneros não hegemônicas. Nesse sentido, Filho cita casos em que assassinatos e torturas contra essa população aconteceram em momentos explicitamente sexuais, como na contratação de serviços de prostituição ou em encontros carnais furtivos, cuja violência foi direcionada às suas genitais: a inserção “de faca peixeira no ânus, a morte antecedida pelo estupro, o

pênis decepado e enfiado na boca. A brutalização do sexo ou da sexualidade se desenvolve num cenário em que sexualidade, crime e violência se constituem reciprocamente” (Efrem Filho, 2016, p. 329). Semelhantemente, João Silvério Trevisan (2018) elucida que agressões LGBTQ+fóbicas podem ser marcadas por uma dimensão sexual violenta por parte de quem odeia.

Experiências que deseducam

Para salientar o aspecto “educativo” que as textualidades de ódio carregam consigo, buscamos articular o pensamento de Jorge Larrosa Bondía com o de John Dewey no que concerne à experiência. Para Bondía (2002, p. 21), a experiência é algo que nos acontece, diferentemente daquilo que acontece. Aquilo que acontece está na ordem do informado e aquilo que nos acontece está na perspectiva do experimentado. A diferenciação dá base ao argumento de que informação não é experiência. Relembrando “Experiência e Pobreza” (1996), trabalho clássico de Walter Benjamin, o filósofo considera que vivemos em um mundo no qual tudo está preparado para que nada aconteça: a todo o momento, muita coisa ocorre sem nada acontecer. A informação – o saber coisas – não deixa espaço para o saber de experiência acontecer.

Em defesa de sua premissa, Bondía alerta que vivemos um tempo no qual, muitas das vezes, impera a ideia de uma equivalência entre “sociedade da informação” e “sociedade do saber” ou “sociedade da aprendizagem”. Para ele, o risco dessas aproximações está na delimitação da noção de aprendizagem apenas como aquisição e processamento de informação. A absorção sem críticas dessa concepção impulsiona a ideia de sociedade como “mecanismo de processamento de informação” (Bondía, 2002, p. 22). Em uma sociedade alicerçada no paradigma da informação, a experiência é

impossível pelo excesso de opinião, que sobrepuja o saber da experiência ao emitir uma suposta crítica sobre todas as coisas. A esta altura é retomado o prisma benjaminiano que toma o jornalismo como dispositivo destruidor da experiência, já que seria aquele que produz a informação e a opinião. No tempo que sacraliza o par informação/opinião, não há espaço para o acontecer e o sujeito torna-se o “suporte informado da opinião pública” (ibidem, p. 22).

Bondía destaca ainda que a falta de tempo dificulta a experiência, já que “tudo o que se passa, passa demasiadamente depressa, cada vez mais depressa. E com isso se reduz o estímulo fugaz e instantâneo, imediatamente substituído por outro estímulo ou por outra excitação igualmente fugaz e efêmera” (Bondía, 2002, p. 23). Vivemos certo tipo de obsolescência programável do acontecimento. Diante da velocidade da informação, todo acontecimento passa rápido, em alta velocidade. O ávido consumo da informação e da notícia, o desejo pela novidade para produzir a opinião mais atualizada transformou o sujeito em um ser regularmente excitado e inapto ao silêncio. Diante do ruído e da velocidade, há a perda da memória – fator primordial à experiência. O tempo para o sujeito superexcitado é mercadoria, é objeto de valor que não se pode perder.

Além disso, Bondía observa que a confusão entre trabalho e experiência faz-nos crer que “nos livros e nos centros de ensino se aprende a teoria, o saber que vem dos livros e das palavras, e no trabalho se adquire a experiência, o saber que vem do fazer ou da prática” (Bondía, 2002, p. 23). Contudo, trabalho e experiência são incompatíveis. O sujeito moderno é um ser que trabalha para mudar, para conformar o mundo. Tal mudança é orquestrada desde seus saberes, quereres e poderes. O trabalho oferece as condições para o sujeito moderno empreender seus anseios e, assim, guiado pelo pretexto do ativismo, “sempre está desejando fazer algo, produzir algo, regular algo.

Independentemente de este desejo estar motivado por uma boa vontade ou uma má vontade, o sujeito moderno está atravessado por um afã de mudar as coisas” (Bondía, 2002, p. 24)

Dessa forma, a experiência nos exige tempo, um tempo lento para pensar, para escutar, para ver, para observar, para se deixar-se afetar, para permitir-se ser tocado. A experiência pressupõe a redescoberta da arte do encontro, a reflexão em contraposição à velocidade da práxis da ação. A experiência requer espaço, uma vez que “o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos” (Bondía, 2002, p. 24).

Nesse sentido, John Dewey (1979) advoga uma noção de experiência como algo orgânico, inerente ao cotidiano e, portanto, vivido coletivamente pelas pessoas. Para sustentar seu argumento, Dewey associa experiência e educação. Uma filosofia da educação com base na experiência busca superar os dualismos em que a filosofia da educação se baseava no início do século XX: ensino tradicional e progressivo, autoridade do professor e protagonismo do aluno, etc. Sua perspectiva, de fundo pragmático, rejeita abstrações e teorizações a priori, além de mirar em uma educação humanista e democrática.

Dewey entende a experiência como algo complexo, que está para além das vivências subjetivas isoladas ou das consciências privadas dos indivíduos. A experiência envolve os indivíduos, mas não se limita a eles. “Dewey se concentra na caracterização e na discussão dos dois tipos de experiência: a experiência ordinária, primária, e a experiência secundária, resultante da adoção dos procedimentos intelectuais de análise” (Teixeira, 2018, p. 82). Ele recusa a separação entre experiência forjada na vida ordinária e a intelecção dos acontecimentos; mais que isso, sustenta que a experiência não é cativa ao intelecto.

Entretanto, Dewey pondera que, ainda que a autêntica ação educacional tenha como ponto de partida a experiência, isso não significa que toda experiência seja fielmente educativa (Dewey, 1979). Ele nos alerta que experiência e educação não são termos análogos e que há experiências que deseducam:

É deseducativa toda a experiência que produza o efeito de parar ou distorcer o crescimento para novas experiências posteriores. Uma experiência pode ser tal que produza dureza, insensibilidade, incapacidade de responder aos apelos da vida, restringindo, portanto, as possibilidades de futuras experiências mais ricas (Dewey, 1979, p. 14).

A partir de Bondía e Dewey, é possível abordar os rituais de violência e desumanização experimentados nas práticas de ódio. É na dimensão negativa da aproximação entre educação e experiência que nos questionamos de que maneiras a publicização da violência (Mendonça & Mendonça, 2019; Mendonça, 2018b) contra a população LGBTQ+ e todas as demais pessoas discordantes dos padrões heteronormativos configura um exercício pedagógico deseducativo, que aposta na visibilidade da violência como forma de invisibilizar existências.

Mais do que exibir publicamente a experiência de um corpo exercendo força na direção vertical e em intensidade desigual sobre outro corpo, as práticas de ódio tentam ensinar que, para as pessoas discordantes da norma, não há vida possível (BUTLER, 2015). As práticas de ódio empenham-se em comunicar a impossibilidade daquelas pessoas realizarem conexões com experiências positivas no presente ou em qualquer outro tempo. Mesmo que seus corpos escapem à violência física, suas vidas serão socialmente marginais, suas existências e formas de expressões serão injuriadas, seus desejos serão criminalizados em tribunais morais. Dessa maneira, quem odeia se vê em uma posição hierárquica superior, social e corporalmente. O odioso confere a si a autoridade para julgar, sentenciar,

executar a sentença e usar a experiência desse tribunal de morte para ensinar, de forma totalitária, o destino da discordância. Diferentemente do que pensou Dewey, tal sujeito totalitário pretende educar através de experiências que deseducam. Essa deseducação tem na experiência comunicada pela violência uma maneira para tentar bloquear a igualdade de direitos, negar as diversidades, tentar apagar o outro dos universos de referências existenciais, lutar contra os princípios democráticos.

A experiência comunicacional da violência é algo que deseduca as pessoas para vivências igualitárias e antiautoritárias. Tomamos a experiência comunicacional como um processo de compartilhamento de vivências, saberes, informações, valores, etc. Entendemos as operações desse fluxo sob uma lógica de trocas intensas. Contudo, nem tudo que circula nesse ambiente produz uma educação inclusiva ou conduz para a autonomia dos corpos. Muitas das experiências compartilhadas comunicativamente conduzem a danos incontornáveis. Isso ocorre, por exemplo, na exposição pública dos suplícios, das práticas de crueldade contra os corpos de pessoas LGBTQ+. A comunicação da violência tenta atingir a formação das consciências e estabelecer valores que limitam seus arredores. Se temos por pressuposto que a violência contra população LGBTQ+ é algo sistêmico (Žižek, 2014), com historicidade própria e politicamente estruturada, podemos considerar a comunicação desse tipo de ação parte de um plano educacional. Como asseverou Dewey (1979, p. 17), um plano educacional “diz respeito ao que deve ser feito e como deve ser feito”.

Considerações finais

Volto agora à questão da continuidade, como critério pelo qual discrimino entre experiência educativa e deseducativa. Como vimos, há certa espécie de continuidade em cada caso, uma vez que cada

experiência afeta para pior ou melhor as atitudes que irão contribuir para a qualidade das experiências subsequentes, determinando preferências e aversões e tornando já mais fácil, já mais difícil agir neste ou naquele sentido. Além disto, cada experiência atua em certo grau sobre as condições objetivas em que decorrerão novas experiências (Dewey, 2019, p. 28).

Partindo da relação entre experiência e educação elaborada por Dewey, buscamos aproximar a experiência do corpo incômodo LGBTQ+ e o potencial textual e pedagógico dos crimes de ódio. Essa aproximação leva-nos a pensar que a formação do ódio às pessoas LGBTQ+ é oriunda de um processo educacional que progride no campo da experiência radical no sentido evocado por Dewey. Para ele, nem toda experiência é educativa em sentido educativo, mas pode “deseducar” quando limita as possibilidades do sujeito. Ao mesmo tempo, é possível associar essa pedagogia do ódio à falta de experiência no sentido apontado por Bondía, afinal, sem o tempo e o distanciamento necessários para o acontecimento se transformar em experiência, somos submetidos a um fluxo interminável de informações que se configuram como um “saber sobre o outro” que, em última análise, ratifica a nossa repulsa à alteridade.

Desde crianças, somos expostos a uma série de textualidades violentas que continuamente comunicam a impossibilidade de existência para corpos LGBTQ+. Essas textualidades se tecem de modo a significar que a violação desses corpos é não apenas possível, mas moralmente necessária. Impõe-se, portanto, um regime vertical de avaliação dos corpos no qual o ativo domina o que é passivo; o viril, o que é frágil; o macho, o que é fêmea. Nossa experiência textual converte-se no continuum da consciência que aprende e apreende o ódio ao diferente como o nosso modo de operação natural, seja no pensar, no falar ou no agir. Logo, a experiência comunicacional da violência é algo que deseduca as pessoas para vivências igualitárias e antiautoritárias.

Nessa perspectiva, tomar o ódio enquanto textualidade significa extrapolar o caráter material do texto e indicar a situacionalidade, a intencionalidade e a intertextualidade dessas práticas. Elas estão tramadas na própria norma que a experiência da violência produziu e justificou e, por essa razão, tais textualidades, quando publicizam os rituais de violência e desumanização das pessoas LGBTQ+, acabam promovendo um exercício pedagógico. Poder-se-ia dizer que, em função da intencionalidade dessas práticas, o suplício desses corpos agredidos, perfurados, estuprados e mortos compõe uma estratégia educacional que, via experiência, pretende ensinar como um corpo deve ser para que possa viver.

Referências

- Abril, G. (2018). Prólogo. In B. S. Leal, C. A. Carvalho, & G. Alzamora (Orgs.), *Textualidades midiáticas* (pp. 9-15). Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG.
- Benjamin, W. (1996). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- Bondía, J. L. (2002) Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19(1), 20-28. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>
- Brugger, W. (2010). Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. *Direito Público*, 4(15), 117-136. Recuperado de: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1418>
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Courtine, J. & Haroche, C. (2016). *História do rosto: exprimir e calar as emoções*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Dewey, J. (1979). *Experiência e educação*. Passo Fundo: Companhia Editora Nacional.
- Efrem, R., Jr. (2016). Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cadernos pagu*, (46), 311-340. Recuperado de: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645911>
- Emcke, C. (2020). *Contra o ódio*. Belo Horizonte: Editora Aymé.
- Fry, P. & Macrae, E. (1985). *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense.

Kolnai, A. (2013). *Asco, soberbia, ódio: fenomenología de los sentimientos hostiles*. Madrid: Ediciones Encuentro, S.A.

Leal, B. S. (2018). Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In B. S. Leal, C. A. Carvalho, & G. Alzamora (Orgs.), *Textualidades midiáticas* (pp. 17-34). Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG.

Uspenskij, B., Ivanov, V., Toporov, V., Pjatigorskij, A. & Lotman, J. (1973). Theses On The Semiotic Study Of Cultures (As Applied To Slavic Texts). In J. Eng & M. Grygar (Ed.), *Structure of Texts and Semiotics of Culture* (pp. 1-28). Berlim, Boston: De Gruyter Mouton. <https://doi.org/10.1515/9783110802962-002>

Louro, G. L. (2018). *Um corpo estranho*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Miskolci, R. (2012). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Medeiros, E. S. (2019). Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. *Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde*, 13(2). <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1728>

Mendonça, C. M. C. (2017). Corpos na pista: textualização no assassinato de pessoas homossexuais, trans e travestis. In Martins, M. L., Correia, M. L., Vaz, P. B., Antunes, E. (Ed.). *Sentidos da morte na vida da mídia*. Curitiba: Appris.

Mendonça, C. M. C. (2018a). Dandara: a vida nua de um corpo sem peso. *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, 16(1). <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v16i1.25986>.

Mendonça, C. (2018b). Heteronormatividade: breves apontamentos sobre a força das leis, das normas e das regras nos processos de assujeitamento. In Gonçalves, J., Trindade, V., Machado, F. (Ed.), *Dar-se a ver: textualidades, gêneros e sexualidades em estudos da comunicação* (pp. 14-21). Belo Horizonte: PPGCOM UFMG.

Mendonça, C. M. C., Mendonça, F. V. K. (2019). E nessa cena a vovó da Pablo já era transgressora: performances queer na música pop brasileira. *Contracampo Brazilian Journal of Communication*, 38(1). <https://doi.org/10.22409/contracampo.v38i1.28054>

Sabat, R. (2013). Gênero e sexualidade para consumo. In G. L. Louro & S. V. Goellner (Orgs.), *Corpo, gênero e sexualidade* (pp. 149-159). Petrópolis: Editora Vozes.

Santos, D., Golçalves, S., Silva, S., & Pinheiro, A. M. (2019). Rituais brutais nas mortes de travestis e transexuais: o que a abjeção da população T denuncia?. *Polêm!ca*, 1(19), 111-130. Recuperado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/46676>

Silva, R. L. da., Nichel, A., Martins, A. C. L., & Borchardt, C. K.. (2011). Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *Revista Direito GV*, 7(2), 445–468. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200004>

Teixeira, M. S. (2018). *O conceito de experiência em John Dewey*: contribuições para uma epistemologia naturalizada. *Revista Fundamentos*, v. 1, n. 1, 2018.

Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva.

Volli, U. (2004). *Semiótica da publicidade*: a criação do texto publicitário. Lisboa: Edições 70.